

ESTADO DO TOCANTINS

CÂMARA MUNICIPAL DE MAURILÂNDIA DO TOCANTINS-TO

PODER LEGISLATIVO

CNPJ: 25.064.130/0001-19

Biênio 2015/2016

"Trabalho e competência"

Publicado em 08/06/11 Jacond do Comono Lei nº. 325/2016

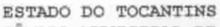
de 08 de Junho de 2016.

mully C. Barros Radnonchiej polit cubicarão Jheymyelly Cabral Barros Secretária Geral da Câmara PORT Nº 002/2015

sobre CONVERSÃO "Dispõe INTEGRAL OU PARCIAL em PECÚLIO da Licença-Prêmio por Assiduidade e dá outras providências".

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNCIPAL DE MAURILÂNDIA DO TOCANTINS - TO, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e em conformidade com o art. 174, §2 do Regimento Interno da Câmara Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu PROMULGO a seguinte Lei:

- Art. 1º A pedido do servidor, e a critério da administração, fica o Executivo autorizado a CONVERTER INTEGRALMENTE Poder PARCIALMENTE em PECÚLIO, a Licença-Prêmio por Assiduidade, do período do qual o servidor tenha direito adquirido.
- § 1º Não será concedido o benefício de pecúlio ao servidor que no período aquisitivo solicitado tenha;
 - I faltado injustificadamente mais de cinco (05) dias ao serviço.
- II Ter sofrido pena disciplinar de suspensão das atividades profissionais por mais dez (10) dias úteis.
- Art. 2º Terá direito ao benefício de pecúlio todos os servidores efetivos e comissionados, sendo que os detentores de cargos comissionados não efetivo terão que comprovar no mínimo 05 anos de exercício ininterruptos no mesmo cargo.
- Art. 3º O pagamento da conversão em pecúlio da licença-prêmio será pago em até 30 dias úteis, contados da data do deferimento do pedido, e o valor será creditado na conta corrente e/ou poupança na qual o servidor recebe seus vencimentos.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAURILÂNDIA DO TOCANTINS-TO

PODER LEGISLATIVO

CNPJ: 25.064.130/0001-19

Bienio 2015/2016

"Trabalho e competência"

§ 2º - Para os servidores que recebem mais de dois (02) salários mínimo bruto, fica facultado à administração, em acordo com servidor a parcelar estes valores em quantas vezes os mesmos combinarem.

Art. 4º - Serão considerados os pedido protocolados dentro de cada mês, sendo o pedido deferido, o pagamento ocorrerá no mês subsequente, priorizando sempre os servidores efetivos e que tenham os menores vencimentos.

Art. 5º Após este projeto se tornar Lei, o texto da mesma na integra fará parte integrante do Art. 154, SECAO IX da Lei 060/95 de 25/10/1995 "Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais de Maurilândia do Tocantins-TO, que versa sobre Licença Premio por Assiduidade.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Maurilandia do Tocantins, aos 08 de Junho de 2016.

Raimundo Pereira de Araújo

Presidente da Câmara